

## **A FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID 19: UM DIREITO NEGADO?**

**Flávia Gonçalves da Silva – UFF**

**flaviagsmendes@gmail.com**

**Eliane da Conceição Matta – UFF**

**elianedamatta@gmail.com**

### **Introdução**

As formas de vivenciar a juventude e a fase adulta são diferentes para os diversos sujeitos e se diferenciam não só culturalmente, sendo atravessadas pelas desigualdades de oportunidades de viver e usufruir desse tempo como também pelas relações com o trabalho (PEREGRINO, 2011). Por isso, faz-se necessário discutir as políticas voltadas para a escolarização dos jovens e adultos no Brasil, em especial, neste momento de Pandemia, onde as desigualdades sociais e educacionais mostram-se tão agudizadas.

De acordo com Capucho (2012), a luta histórica pelo direito à educação aliada as diferentes formas de enfrentamento à exclusão social, culminou na garantia da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica. Com isso, os sistemas públicos de ensino passam ter responsabilidade pela disponibilidade, oferta e permanência da escolarização dos jovens e adultos. Referendando a história em relação à Educação de Jovens e Adultos, é importante considerar a dívida histórica existente na educação do jovem e adulto trabalhador. A negação do direito dos sujeitos em virtude da constituição de uma sociedade com situações de desigualdades, e a ausência do Estado no cumprimento dos direitos, marca a Educação de Jovens e Adultos. Ainda de acordo com Capucho (2012), o Estado brasileiro capitalista se consolidou negando direitos sociais como saúde, educação e seguridade social.

A educação é um dos direitos sociais que deve caber a todos independente de raça, religião, credo político, idade ou sexo. Segundo Telles (1996), a concepção universalista de direitos sociais foi incorporada tardiamente no Brasil, ocorrendo apenas a partir da Constituição de 1988. Nesta perspectiva, entendemos a educação como

direito social que vem sendo distribuído de forma desigual para a população brasileira, e é neste contexto de compreensão que as reflexões deste trabalho estão estruturadas.

O objetivo do trabalho é evidenciar as dificuldades encontradas pelos jovens e adultos trabalhadores para usufruir de um direito garantido pelo Estado Brasileiro, acesso à educação, e que foram agravadas em período de Pandemia da Covid 19.

A abordagem metodológica foi qualitativa, com utilização de Observação Participante. Minayo (2014) toma como base os trabalhos de Schwatz; Schwartz (1995) para definir esta técnica: “A observação participante como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica...” (MINAYO, 2014, p. 274). A observação participante foi realizada em uma escola da rede estadual de ensino localizada na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e que atende ao público jovem e adulto do Ensino Médio Regular e da Educação de Jovens e Adultos. Em período de Pandemia é importante sinalizar que a observação participante ocorreu em encontros virtuais mediados pela tecnologia.

## **Desenvolvimento**

A Pandemia obrigou o fechamento das escolas e o governo estadual viu-se com a responsabilidade de criar formas de aproximação entre as escolas e os estudantes. Uma das soluções foi a criação de plataformas digitais. O Estado do Rio de Janeiro através da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) fez um acordo com a Google e passou a utilizar a ferramenta Google Classe de Aula. A possível solução para que alunos continuassem a sua escolarização passava pela aquisição de *smartphones*, *notebooks* ou *tabletes*, além da aquisição de internet banda larga ou um pacote de dados que suportasse o seu uso e, isso, não foi possível para grande parte da população. Não houve subsídio financeiro para os alunos e, essa educação denominada “ensino remoto” não avançou de forma minimamente aceitável. Muitos jovens do Ensino Médio, que antes da Pandemia não trabalhavam, tiveram que trabalhar neste período para contribuir com a renda familiar. Aumentou ainda mais o abismo entre os alunos jovens e adultos: os que necessitam se dividir entre o trabalho e os estudos e os que podem se dedicar exclusivamente aos estudos, mesmo que de forma remota. O trabalho como apontam

Ferreira; Garcia (2012) é uma dimensão essencial para os jovens e adultos das classes populares, público maior da escola pública e explicitam:

Mudanças profundas no âmbito das tecnologias, das relações econômicas, sociais, políticas e culturais afetam o cotidiano da escola direta ou indiretamente. A crise estrutural do desemprego aprofunda o clima de tensão permanente nesse âmbito, em face das necessidades da sobrevivência familiar. Além da dimensão histórica, inserido no sistema capitalista, o trabalho tem também uma dimensão ontológica, como forma pela qual a humanidade produz sua própria existência na relação com a natureza e com os seus pares, produzindo assim conhecimentos. (FERREIRA; GARCIA, 2012. p.171)

Segundo os relatos dos professores, através de Conselho de Classe e diversas reuniões pedagógicas desta escola, menos de 25% dos alunos do Ensino Médio Regular e da modalidade de Educação de Jovens e Adultos participa do ensino remoto. Isso evidenciou que a suposta solução encontrada pela SEEDUC não contemplou a todos e prejudicou ainda mais os alunos trabalhadores.

Os professores e equipe pedagógica na tentativa de aproximação com os seus alunos, disponibilizaram os seus números de telefone pessoal para encaminhamentos de mensagens, o que revelou muito mais. Foi possível observar através dos relatos, os dramas pessoais das famílias que se relacionam ao desemprego, adoecimento, a falta de acesso à internet de qualidade para prosseguir os seus estudos entre outros. O direito a educação e a outros direitos sociais mais uma vez foram negligenciados a grande parte da população. O que foi evidenciado nesta escola, em particular, pode facilmente ser ampliado às diversas regiões pelo Brasil, principalmente aquelas mais pobres e abastadas dos grandes centros metropolitanos.

Saviani (2019) nos recorda que a sociedade a qual vivemos é altamente desumanizadora e excludente. A culpa pelo fracasso social está centrada no indivíduo e não no sistema que o exclui. O jovem e adulto da classe trabalhadora percebe na escola uma condição de tornar-se empregável, pois não há a garantia de emprego para todos, no entanto, o momento vivido pela a educação pública traz à tona uma situação ampliada de exclusão para os alunos das classes populares.

## **Conclusão**

A necessidade de dividir o tempo de vida entre o trabalho e a escolarização se impõe para a maioria das pessoas das classes trabalhadoras. Por isso, faz-se urgente a necessidade de se pensar nas especificidades de uma escola que atenda a esse público. Acreditamos que o direito a escolarização não foi garantido a grande parte dos estudantes, situação agravada no período de Pandemia. A solução encontrada pela SEEDUC para levar escolarização revelou-se pouco produtiva e não atendeu a todos ampliando ainda mais os abismos entre aqueles que podem usufruir do seu tempo em função de uma formação escolar ampla e aqueles que não tiveram acesso a nenhuma forma de escolarização neste período que se iniciou em marco de 2020 e já dura cinco meses. Também evidenciou as diversas exclusões sociais que os sujeitos vivenciam e, uma delas, sem dúvida, é a exclusão tecnológica. A volta dos alunos ao ambiente físico das escolas na rede pública estadual do Rio de Janeiro (SEEDUC) ainda é duvidosa. O que temos no momento é a certeza de que o caminho em busca de uma escola pública com qualidade social se tornou mais longo para o jovem e o adulto das classes populares.

### **Referências bibliográficas**

CAPUCHO, Vera. **Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREGRINO, Mônica. Juventude, Trabalho e Escola: Elementos para análise de uma posição social fecunda. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 31, n. 84, p.-275-291, mai-ago, 2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 25/08/2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. São Paulo. Autores Associados, 2019.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Departamento de Sociologia USP, 1996. Disponível em: <http://www.veratelles.net/wp-content/uploads/2013/04/1996-Direitos-sociais1.pdf> Data de Acesso: 23/04/2017

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; GARCIA, Sandra R. de Oliveira. O ensino médio integrado à educação profissional: um projeto em construção nos estados do Espírito Santo e do Paraná. In: **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições**. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2012

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde. 14ª ed. São Paulo, Hucitec, 2014.

